



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

EDITAL

N.º 7/I/2017

Eu, Marta Alexandra Osório de Matos, Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas,

Faço Público, que na Sessão Ordinária de Dezembro, realizada no dia 28 de dezembro de 2017, a Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, aprovou a seguinte Moção-Deliberação:

MOÇÃO-DELIBERAÇÃO

Pela Gestão pública dos CTT, em defesa do serviço público postal

Mais do que uma empresa que garanta lucros e dividendos, os Correios devem ser o garante de um serviço público efetivamente ao serviço do país e das populações, ao serviço da economia nacional e do desenvolvimento, com uma gestão que vise o equilíbrio económico-financeiro e o investimento na melhoria da qualidade.

Na ultima década, foram tomadas opções desastrosas para o serviço público postal, como a redução de balcões, a degradação da qualidade do serviço, aumento dos preços, ataque aos direitos dos trabalhadores, entre outros – por sucessivas administrações, imposta pela política de direita. Esta política é indissociável da privatização e liberalização dos serviços postais, opção que tem sido preconizada no quadro da União Europeia com a cumplicidade ativa dos sucessivos governos nacionais.

Em dezembro de 2013, o governo PSD/CDS desencadeou a privatização dos CTT, alienando cerca de 70% do seu capital. Em setembro de 2014, privatizou os restantes 30%.

Tal como foi claramente assumido pelo próprio governo na altura, os objetivos da privatização foram exclusivamente dois: encaixar o produto da venda com vista a uma hipotética redução do défice e da dívida; e criar condições para que os lucros que a empresa vinha gerando fossem parar aos bolsos dos novos donos privados.



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

EDITAL

N.º 7/I/2017

Desde a privatização, a estratégia da administração da empresa (a mesma que preparou e consumou a privatização) prossegue um caminho de desrespeito pelas obrigações a que está sujeita no que respeita à prestação do serviço e apenas tem como objetivo garantir que os novos donos (grandes grupos económicos estrangeiros) recebam de volta rapidamente o que pagaram pela compra dos CTT e aproveitar a rede dos CTT para implantar um Banco – que sempre foi adiado quando a empresa era pública.

Entre 2009 e 2016, encerraram 564 estações e postos do CTT; reduziram-se em largas centenas o número de trabalhadores e aumentou a pressão e o assédio com vista à sua saída, quando, na realidade. Faltam trabalhadores nos correios; há vastas zonas do país onde o correio só está a ser distribuído uma vez por semana; recentemente chegou a haver 15 dias de atraso na chegada dos vales postais com as pensões de reforma; estão identificadas centenas de situações em que a distribuição postal é efetuada com “giro em dobra”, isto é, recorrendo à disponibilidade de carteiros que trabalham para além da distribuição que lhes é atribuída na sua jornada.

Essa mesma realidade tem sido sentida pelas populações do Concelho de Almada: entre as estações e postos de correios encerradas no quadro da privatização dos CTT – ou da preparação da empresa para esse cenário – contam-se as de Cacilhas, Feijó e da Trafaria. E a degradação do serviço postal tem vindo a ser notória também no concelho. De acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores da empresa, há uma carência gritante de funcionários na distribuição do correio em vários locais do concelho de Almada.

Estamos perante um quadro de degradação da qualidade do serviço que é indissociável da privatização dos CTT com as práticas de destruição de postos de trabalho e de ataque aos direitos dos trabalhadores daquela empresa – e que confirmam os alertas e denúncias que o PCP e a CDU vêm manifestando com insistência no combate a esse processo.



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

EDITAL

N.º 7/I/2017

Perante este cenário, o Governo não pode continuar a assistir a esta degradação e depredação dos CTT sem nada fazer, deixando prosseguir uma estratégia tendente ao esgotamento progressivo de uma empresa com papel fundamental e insubstituível para o país e populações e que emprega mais de dez mil trabalhadores. É imperioso e urgente readquirir a capacidade e responsabilidade pela sua gestão por forma a garantir a sua sustentabilidade e viabilidade futuras e para que volte a ter condições para prestar um serviço que o país, as populações e os seus trabalhadores exigem.

A Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, reunida em Sessão Ordinária a 28 de dezembro de 2017, delibera:

1. Pronunciar-se contra a privatização dos CTT e em defesa do investimento e da melhoria da qualidade do serviço público postal, com a recuperação do controlo público da empresa.
2. Pronunciar-se pela recuperação dos balcões encerrados na sua área geográfica, nomeadamente em Cacilhas.
3. Saudar os trabalhadores do CTT que estiveram em greve pela reversão da privatização da empresa, pela defesa dos postos de trabalho e por melhores condições de trabalho.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE EDITAL E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES HABITUAIS DA FREGUESIA.

Cacilhas, 29 de dezembro 2017

**A Presidente da Assembleia da União das Freguesias de
Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas**

Marta Osório de Matos
Marta Alexandra Osório de Matos